

soa colectiva n.º 504648012, registo n.º 116/R, no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 16 de Fevereiro de 2006, encontra-se suspensa a inscrição da Associação de Defesa do Ambiente de S. Martinho do Porto, pessoa colectiva n.º 502655879, registo n.º 45/R, no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 16 de Fevereiro de 2006, encontra-se suspensa a inscrição da associação AZORICA — Associação de Defesa do Ambiente, pessoa colectiva n.º 512032785, registo n.º 49/SA, no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 22 de Fevereiro de 2006, encontra-se suspensa a inscrição da associação Associação de Defesa do Património Cultural de Pombal, pessoa colectiva n.º 501963251, registo n.º 21/L, no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 22 de Fevereiro de 2006, encontra-se suspensa a inscrição da associação GISA — Grupo de Intervenção e Sensibilização Ambiental, pessoa colectiva n.º 503924628, registo n.º 125/E, no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 25 de Outubro de 2006, encontra-se suspensa a inscrição da associação ASPA — Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, pessoa colectiva n.º 501776222, registo n.º 17/E, no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 25 de Outubro de 2006, encontra-se suspensa a inscrição da associação Espeleol Clube de Torres Vedras, pessoa colectiva n.º 501519688, registo n.º 30/SA, no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 25 de Outubro de 2006, encontra-se suspensa a inscrição da associação Cegonha — Associação de Defesa do Ambiente de Estarreja, pessoa colectiva n.º 503554308, registo n.º 87/L, no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 25 de Outubro de 2006, encontra-se suspensa a inscrição da associação ADRIP — Associação para a Defesa, Reabilitação, Investigação e Promoção do Património Natural e Cultural de Vila Nova de Cacela, pessoa colectiva n.º 502570695, registo n.º 117/E, no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 24 de Outubro de 2006, encontra-se suspensa a inscrição da associação ARP — Aliança para o Mundo Rural Português, pessoa colectiva n.º 503452459, registo n.º 122/N, no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 25 de Outubro de 2006, encontra-se suspensa a inscrição da associação CIDAMB — Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, pessoa colectiva n.º 504684540, registo n.º 123/N, no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 25 de Outubro de 2006, encontra-se suspensa a inscrição da associação Associação de Moradores e Amigos das Freguesias de S. Francisco Xavier e Santa Maria de Belém, pessoa colectiva n.º 504519972, registo n.º 149/E, no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 13 de Dezembro de 2006, encontra-se suspensa a inscrição da associação Associação da Juventude BIT9, pessoa colectiva n.º 512053383, registo n.º 111/E, no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

11 de Janeiro de 2007. — O Presidente, *António Gonçalves Henriques*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção-Geral do Turismo

Aviso n.º 1876/2007

Por despacho do Secretário de Estado do Turismo de 15 de Dezembro de 2006, foi prorrogado o prazo de validade da utilidade turística atribuída, a título prévio, à unidade de turismo de habitação Casa do Rossio, a levar a efeito na Praça da República, 1, 7050-406 Cabrela, concelho de Montemor-o-Novo, distrito de Évora, requerida por Ana Raquel Coutinho Rosa Vaz Pinto.

A referida utilidade turística é, agora, válida até 5 de Agosto de 2008, devendo o estabelecimento abrir ao público até 5 de Fevereiro de 2008.

O empreendimento em apreço foi declarado de utilidade turística a título prévio por despacho do Ministro do Turismo, de 2 de Fevereiro de 2005, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 66, de 5 de Abril de 2005.

29 de Dezembro de 2006. — Pela Comissão de Utilidade Turística, *Margarida Carmo*.

3000223341

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Anúncio n.º 814/2007

Hasta pública n.º 1/CFC/NFCL/2007 para alienação de resina
(Decreto-Lei n.º 307/94)

1 — Entidade pública alienante — Direcção-Geral dos Recursos Florestais, com sede na Avenida de João Crisóstomo, 26-28, 1069-040 Lisboa; telefone: 213124800; telefax: 213124980, e com o horário das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos.

2 — Objectivo da hasta pública — alienação da resina a extrair de cerca de 197 500 feridas a abrir nos pinheiros destinados a corte final, constituindo oito lotes.

3 — Localização das árvores a resinar — Matas Nacionais de Leiria (concelho da Marinha Grande) e Urso (concelhos de Leiria, Pombal e Figueira da Foz).

4 — Documentação:

a) O processo da hasta pública pode ser examinado na sede da Circunscrição Florestal do Centro, sita na Quinta do Soqueiro, Rua do Cónego António Barreiros, 3500-093 Viseu, e no Núcleo Florestal do Centro Litoral, Avenida de D. Dinis, apartado 61, 2431-901 Marinha Grande, todos os dias úteis, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos;

b) Pode ser adquirido, desde que solicitado em tempo útil e mediante pagamento de € 5 e enviado ou entregue cópia do processo aos interessados, no prazo de quatro dias úteis após a recepção do pedido no Núcleo Florestal do Centro Litoral, na morada indicada na alínea a); telefone: 244570040 e fax: 244570069.

5 — A hasta pública terá lugar às 10 horas do dia 22 de Fevereiro de 2007, no Parque Florestal do Engenho, na Marinha Grande, podendo assistir todas as pessoas interessadas e intervir os concorrentes ou seus representantes devidamente credenciados, cujos documentos foram aceites pela comissão.

6 — Base de licitação dos lotes: n.º 1/07 — € 20 000; n.º 2/07 — € 22 000; n.º 3/07 — € 30 000; n.º 4/07 — € 25 000; n.º 5/07 — € 9000; n.º 6/07 — € 2600; n.º 7/07 — € 1500; e n.º 8/07 — € 3000.

7 — Condições de pagamento — 25% do valor da adjudicação é pago na hasta pública e os restantes 75% serão liquidados no prazo de 30 dias a contar da data do acto público.

8 — Data de envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Janeiro de 2007.

26 de Janeiro de 2007. — Pelo Chefe do Núcleo Florestal, o Chefe de Divisão, *Rui Rosmaninho*.

3000224529

Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas e Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

Despacho (extracto) n.º 1935/2007

Por despacho do presidente do conselho de administração do IFA-DAP e do INGA, Dr. Joaquim Mestre, de 19 de Janeiro de 2007, foi Isabel Umbelina Sapinho Fonseca Alves de Oliveira, assistente administrativa especialista, escalão 5, índice 337, exonerada, a seu pedido, do lugar do quadro de pessoal da função pública do INGA, a partir de 31 de Dezembro de 2006, data da sua passagem ao regime de contrato individual de trabalho, com a categoria de técnico H, nível 9, nos termos dos n.ºs 1 do artigo 30.º e 1, 2 e 4 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 78/98, de 27 de Março, conjugados com o artigo 67.º

do regulamento interno do INGA. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Janeiro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Joaquim Mestre*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra

Alvará n.º 23/2007

Para os devidos efeitos se faz saber que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, é emitido o presente alvará de funcionamento do estabelecimento denominado Eterno Paraíso Lar 3.ª Idade, sito no lugar de Marmeleira, freguesia de Souselas, concelho de Coimbra, distrito de Coimbra, propriedade de Eterno Paraíso, Lar de 3.ª Idade, L.ª, requerente Eterno Paraíso, Lar de 3.ª Idade, L.ª

A actividade e a respectiva lotação máxima autorizadas são as seguintes:

Actividade — lar para idosos;
Lotação máxima — 20 utentes.

11 de Janeiro de 2007. — O Director, *Mário Manuel Guedes Teixeira Ruivo*.

3000224450

Centro Distrital de Segurança Social de Évora

Alvará n.º 24/2007

Para os devidos efeitos faz-se saber que, ao abrigo do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, é concedido o presente alvará de abertura e funcionamento do estabelecimento denominado por Creche Jardim da Cartuxa, sito na Rua de Lídia Cutileiro, 2, rés-do-chão, Quinta da Vista Alegre, em Évora, freguesia da Malagueira, concelho e distrito de Évora, propriedade de Creche Jardim da Cartuxa, L.ª

As actividades e a respectiva lotação máxima autorizadas são as seguintes:

Actividades — creche;
Lotação máxima — 26 crianças, dos 3 aos 36 meses de idade.

Vai este alvará ser assinado e autenticado com o selo branco em uso neste Centro Distrital.

19 de Setembro de 2006. — O Director, *José Alberto Oliveira*.

3000223736

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1936/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de presidente do conselho de administração do Hospital Dr. Francisco Zagalo, Ovar, o licenciado Carlos Manuel Lopes Pinto Ribeiro, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2007.

9 de Janeiro de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

ANEXO

Sinopse curricular

Carlos Manuel Lopes Pinto Ribeiro, nascido em 25 de Abril de 1947, casado, é licenciado em Medicina e Cirurgia desde Outubro de 1973.

Desde Outubro de 1973 exerce a actividade clínica no Hospital Escolar de São João, onde obteve a especialização em Cirurgia Geral, com a classificação final de 18 valores.

Em Janeiro de 1986 prestou provas públicas para provimento em lugar de assistente hospitalar de cirurgia geral no Hospital dos Covões, em Coimbra, obtendo o direito de ocupar a vaga existente no Hospital Distrital de Ovar.

Em 16 de Fevereiro de 1987 tomou posse do lugar de assistente hospitalar no referido Hospital e mais tarde é integrado no novo quadro de pessoal.

Em 1 de Março de 1988 foi nomeado director do serviço de cirurgia geral, cargo que desempenhou no conselho geral do Hospital prolongado até 15 de Março de 1990, altura em que optou pelo regime de dedicação exclusiva, com uma carga horária de quarenta e duas horas semanais, regime que mantém até aos dias de hoje.

Por nomeação do director clínico, de 22 de Setembro de 1988, desempenha as funções de adjunto do director clínico para a área do interrelacionamento dos serviços hospitalares e para a consulta externa e desde o início de 1991 acumula também o cargo de director do bloco operatório. Instituiu um conjunto de procedimentos que permitiram a execução normalizada do controlo de qualidade aos valores laboratoriais do serviço de patologia clínica do Hospital, tendo-se conseguido protocolos de envio seriado de produtos para análise num hospital central, para comparação de resultados.

Em 23 de Janeiro de 1991 foi eleito pelos médicos do quadro como representante do corpo clínico no conselho geral do Hospital.

Integra e representa o director clínico desde o início na Comissão de Registo Oncológico Hospitalar e da Região Norte.

Por incumbência do director clínico organizou e dinamizou o plano de vacinação dos profissionais do Hospital contra a hepatite B.

Em Março de 1994 presta provas em concurso de habilitação ao grau de consultor, tendo sido aprovado, mas o concurso foi impugnado.

Em 16 de Fevereiro de 1995 ascendeu à categoria de assistente graduado de cirurgia geral, por aprovação de comissão de avaliação curricular.

Em Outubro de 1995 habilitou-se novamente ao concurso para consultor na área da cirurgia geral, tendo sido novamente aprovado, sendo a homologação da classificação publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Novembro de 1995.

Em 1999 prestou provas públicas de provimento em lugar de chefe de serviço de cirurgia geral do quadro do Hospital Dr. Francisco Zagalo, Ovar, tendo sido aprovado e provido no referido lugar.

Participou como elemento efectivo do júri em várias provas de avaliação final de especialidade e de concursos públicos de provimento no lugar de assistente hospitalar.

Em 23 de Fevereiro de 1996 aceitou o convite para desempenhar o cargo de director e, por inerência, o de presidente do conselho de administração e de director clínico do Hospital Dr. Francisco Zagalo, até 27 de Novembro de 2003.

A instituição iniciou os caminhos da qualidade, que viria a culminar com a acreditação total do Hospital, sendo o primeiro Hospital desta dimensão a atingir aquele objectivo.

Dinamizou fortemente as áreas do processo clínico, do arquivo clínico e a informatização das áreas administrativas e clínicas. Colaborou na instituição de uma consulta de triagem no serviço de urgência. Assinou protocolos com escolas do ensino superior que permitem que o Hospital Dr. Francisco Zagalo participe e colabore na formação pré e pós-graduada nas áreas da enfermagem e da fisioterapia.

Com os vários serviços do Hospital idealizou e construiu uma equipa multidisciplinar de apoio domiciliário a doentes com AVC e integra agora o apoio domiciliário integrado com outras unidades de solidariedade social e do poder local.

De Dezembro de 2003 até hoje desempenhou as funções de chefe de serviço de cirurgia geral do Hospital Dr. Francisco Zagalo.

Despacho n.º 1937/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de vogal do conselho de administração do Hospital do Visconde de Salreu, Estarreja, o licenciado José da Fonseca Pereira da Silva, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.